

## **Comunidades judaicas na Época Moderna em Trás-os-Montes**

### **Uma revisitação da historiografia**

A A Marques de Almeida  
Universidade de Lisboa  
e Cátedra de Estudos Sefarditas Alberto Benveniste

No momento presente da historiografia contemporânea sobre as comunidades judaicas transmontanas na Época Moderna, o seu estudo faz sentido na contextualização global das comunidades judaicas em todo o espaço português.

O que sobre elas já sabemos, sendo certo que acresce o facto de serem comunidades muito bem estudadas, desafia a uma releitura dos mecanismos de transformação e a colocar algumas perspectivas de interpretação.

De facto, dispomos hoje de uma abundante bibliografia e de pesquisas científicas que nos conduzem a uma plataforma explicativa muito interessante, e sobre a qual é já possível construir nichos interpretativos assaz verosímeis.

O discurso historiográfico encontra-se consolidado, e os estudos monográficos estão feitos por antropólogos, etnólogos, e deles podem já retirar-se linhas de leitura muito interessantes.

Desde Francisco Manuel Alves, o Abade do Baçal, Anselmo Braacamp Freire, Pedro de Azevedo, José Leite de Vasconcelos, Henrique Gama Barros, João Lúcio de Azevedo, mais recentes os estudos de Maria José Ferro, em particular e no caso vertente, o estudo *Para o estudo dos Judeus de Trás-os-Montes: a primeira geração de*

*cristãos-novos*<sup>1</sup>, aos quais devem acrescentar-se estudos publicados na *Brigantia*, como sejam os de Berta Afonso, tem estado a ser construída uma linha explicativa do papel destas comunidades no desenvolvimento económico do aparelho produtivo português, e na formação dos nossos imaginários<sup>2</sup>.

No campo documental, as fontes principais para o estudo dos Judeus continuam a ser os documentos da Inquisição, que se têm revelado imprescindíveis para o estudo das comunidades judaicas, ainda que se possa contar com documentação municipal e de outras fontes diversas, que têm sido aproveitadas de forma sagaz. Necessário se torna extremar a metodologia, e trabalhar a informação em conformidade, triando-a de forma diferenciada.

Um bom exemplo é o caso, a todos os títulos notável, da investigação de Elvira Azevedo Mea *A Inquisição de Coimbra no Século XVII. A Instituição. Os Homens e a Sociedade*.

Na situação actual da historiografia, existem condições para levar a cabo uma ampla revisão dos problemas. E é exactamente isso que se pede aos historiadores, porquanto parece chegada a hora da *non nova sed nova*, isto é nada de novo, apenas de uma maneira diferente. Não é isso que, nesta altura, me proponho fazer, porquanto não caberia no contexto deste Congresso. Tão só, é minha intenção enunciar um caminho, entre tantos possíveis.

As comunas judaicas transmontanas formaram grupos sociais complexos com acentuada diferenciação na repartição da riqueza social produzida, e as clivagens entre indivíduos e grupos entre si

---

1“Para o estudo dos Judeus de Trás-os-Montes no século XVI: a primeira geração de cristãos-novos”, *Revista de Cultura Histórica e Filosófica*, vol. IV, 1982, pp. 371/417

2É justo e indispensável citar o estudo de Joaquim Romero Magalhães sobre o judaísmo no Algarve. (Ver em bibliografia).

desempenharam, como sempre, papel relevante nos comportamentos sociais que ora dividiram, ora aumentaram a coesão comunitária.

Assim, em primeiro lugar, esta revisitação pretende, discutir como contribuíram estes grupos sociais para o desenvolvimento económico e social do reino; como se inseriram no aparelho produtivo nacional; como dirimiram os seus conflitos (sociais e ideológicos entre outros) com as comunidades cristãs.

Em segundo lugar, que têm as comunas judaicas transmontanas a ver com os grupos económicos sefarditas espalhados por toda a Europa e com ramificações às colónias, nomeadamente ao Brasil e América espanhola? Quer dizer, houve homens, talvez famílias inteiras, como aconteceu com outras comunidades cristãs-novas noutras regiões, como o Algarve, por exemplo, que saíram daqui, correram mundo e fizeram-se senhores do comércio internacional e da finança?

Em terceiro lugar, qual foi a repercussão no plano regional dos problemas que disseram respeito a todos os Judeus portugueses, nomeadamente no domínio relacional destas comunidades com o Santo Ofício? E os problemas específicos destas comunidades regionais? A ideologia, por exemplo. Não tanto no terreno religioso, mas sim, saber se este grupo social manifesta uma atitude global perante o mundo prático em que participava.

Em quarto lugar, e já no plano da inserção ou da rejeição social que reflexo teve o baptismo forçado nas comunidades regionais do interior? Até que ponto foi a cristianização dos conversos, e que papel ela desempenhou no longo processo de assimilação?

Ao princípio uma violação da consciência pessoal, sem dúvida. Depois, seguiram-se as acções de resistência que conduziram ao

criptojudaísmo. Resistência íntima, encoberta ou disfarçada, que transforma o viver social em representação social. O medo latente, a perda eminente, a atmosfera temerosa que se esconde por detrás da denúncia e conduz mesmo ao ajuste de contas individual ou colectivo.

Uma certa cultura marrânica de vida secreta fixou-se em pequenas povoações do interior, de preferência nas proximidades da fronteira. António Vieira diz que no seu tempo existiam povoações inteiras constituídas por cristãos-novos, como seria o caso da aldeia de Carções, no distrito de Bragança. E qual terá sido a reacção das comunidades cristãs ao surgimento histórico dos cristãos-novos? E até que ponto foi a cristianização dos conversos? Ao princípio uma violação da consciência pessoal, sem dúvida. Depois, um processo lento de assimilação, ou acções de resistência, que conduziram ao criptojudaismo.

Em quinto lugar, e como pergunta António José Saraiva, até onde chegou, e que efeito teve, o processo com que a Inquisição procurou inverter a assimilação das comunidades cristãs-novas pelo tecido social?"<sup>3</sup>. E em que sentido, e em que medida, a discriminação condicionou e estimulou espiritualmente o grupo discriminado? E seria muito interessante ver até onde a informação disponível corresponde ao exemplo proposto por António José Saraiva a propósito do Brasil, onde, segundo ele, os cristãos-novos quase não foram incomodados antes do século XVIII. Assim sendo, -pergunta- por que não existiu um Brasil marrânico, ainda por cima sendo um território de culturas miscegenadas, que amplamente favoreciam o processo?<sup>4</sup>.

---

<sup>3</sup> António José Saraiva, *Inquisição e Cristãos-novos*, Porto, Editorial Inova, 1969, pp. 226

<sup>4</sup> A questão posta por António José Saraiva é extremamente arguta e fecunda. Ver *Ibidem*

As teses estruturantes da historiografia mantêm uma razoável capacidade explicativa. Segundo Alexandre Herculano, Portugal nasceu e desenvolveu-se na conjunção de duas metades: a leonesa-cristã que atinge o curso do Mondego; e a outra metade, a muçulmana, moçárabe e judaica que encontra eco no Portugal abaixo do Tejo.

Durante toda a medievalidade as comunas judaicas integraram-se no tecido social e no aparelho produtivo, e em todo este processo de desenvolvimento foram condicionadas por imposições sociais que, de muitos modos diferentes, definiram o perfil da integração dessas comunidades no tecido nacional, no plano dos aparelhos de produção e de distribuição e nos imaginários sociais.

Por legislação real os Judeus não estavam afastados da capacidade de adquirir bens de raiz<sup>5</sup>. Não obstante, era escassa a sua participação no aparelho produtivo da terra, o que levou o Abade do Baçal a concluir por um *divórcio*, devido a causas religiosas; a isto, opôs José Leite de Vasconcelos, e logo a seguir Henrique Gama Barros, as provas de que dispunha em como a ligação dos Judeus à terra tinha sido uma actividade que as fontes da informação documentam muito bem<sup>6</sup>.

De facto, foi na tessitura social que ocorreram as maiores dificuldades relacionais, descontínuas, sem dúvida, ainda que, por vezes, tenham atingido picos de grande violência, sobretudo na época Moderna, altura em que as tensões na sociedade portuguesa atingiram pontos de ruptura, que estão muito bem documentados na documentação, e até na cultura portuguesa.

---

<sup>5</sup> Cf. Ordenações Afonsinas, 1. II, tit. 66

<sup>6</sup> Leite de Vasconcelos, Etnografia Portuguesa, vol. IV, p. 138

De resto, o papel destas comunidades nos mecanismos da criação da riqueza nacional ainda não é conhecida com segurança, e algumas confusões se instalaram de modo duradouro. Seja a afirmação de que o empobrecimento do país se ficara a dever ao papel da Inquisição, cuja tarefa primordial fora a de perseguir os cristãos-novos.

Dito de outra maneira, o bloqueio das comunidades judaicas, sobretudo as mais ricas e poderosas do ponto de vista financeiro, aquelas, naturalmente ligadas ao comércio internacional, determinou, quase podemos dizer, sem dúvida, o empobrecimento de Portugal. No século XVII, e particularmente logo a seguir à recuperação da independência, em 1643, a voz de António Vieira fez-se ouvir.

De facto, existe uma tradição historiográfica muito forte que vai no sentido de identificar a Inquisição como agente principal do bloqueio do processo de assimilação das comunas judaicas no tecido social português e, no que diz respeito às grandes famílias do comércio internacional, isto é hoje admitido como certo, ou quase. Mas não tanto para as comunidades rurais e de mesteirais do interior, cuja capacidade de acumulação era frágil.

Mas, mesmo assim, quando estas actividades permitiram a acumulação patrimonial, e numa fase já avançada da formação proto-burguesa mercantil, o peso da Inquisição fez-se sentir, levando anos depois, já no século XVIII, D. Luís da Cunha a chamar a atenção para a decadência das manufacturas da Beira e de Trás-os-Montes, em consequência da perseguição inquisitorial. Ribeiro Sanches fez outro tanto, talvez ainda com mais veemência. A célebre “fábrica de Judeus” diz muito, se não disser tudo a este respeito.

Mas é António José Saraiva quem tem uma interpretação mais radical, mas, sem dúvida, mais original, porque sai fora do cânone hermenêutico. No seu como e por quê acabaram os cristãos-novos

em Portugal, estes desapareceram como uma miragem ao toque dos decretos de Pombal. *Fundiram-se como neve ao Sol*. O mito dos cristãos-novos desvaneceu-se sem deixar rasto, diz<sup>7</sup>.

Isto porque, com Pombal sobem ao poder os próprios que a Inquisição perseguia, isto é, a burguesia mercantil e a elite esclarecida que via no comércio a base da prosperidade das nações. É como se os cristãos-novos só tivessem existido para alimentar o interesse próprio dos Inquisidores. As leis de limpeza de sangue, as imensas listas de contribuintes dos perdões, os autos-da-fé, as filas intermináveis dos condenados. Era disso que a “fortaleza do Rossio” se alimentava. Por isso foi “fábrica de Judeus”. Afinal, o Santo Ofício foi causa e não consequência da existência de judaizantes em Portugal<sup>8</sup>.

Mudando de registo, existe, todavia, uma área de transferência das heranças culturais, dos gostos e das sensibilidades de que se forma a nossa matriz cultural, e onde as heranças judaicas ocupam um lugar tal que, muito mais e melhor do que os historiadores, os nossos amigos antropólogos saberão explicar<sup>9</sup>. Com toda a pertinência pergunta Maria José Ferro: “Quem se lembrará, hoje, de que lavar as mãos antes das refeições era tido como uma prática judaizante? Ou quem comer um prato de açorda ou de almôndegas, ou as célebres alheiras de Mirandela, ou as amêndoas da Torre de Moncorvo, que está a repetir gestos alimentares ou medicinais que lhe vieram das presenças do Islão e do Judaísmo, em Portugal?”. No processo de inserção cultural alguns comportamentos perderam o significado religioso e acabaram por se transformar em usos tipificados. Seria, segundo António José Saraiva, o caso do uso do

---

<sup>7</sup> António José Saraiva, *Ibidem*, pp. 297/319

<sup>8</sup> Idem, *Ibidem*

<sup>9</sup> Para os estudos de antropologia e etnologia ver José Leite de Vasconcelos, *Etnografia Portuguesa*, vol. IV.

azeite onde, na Europa Cristã se usava habitualmente a gordura animal.

Para concluir: A sociedade portuguesa na passagem da medievalidade para as formações sociais da proto-modernidade pode rever-se na metáfora da nova idade de que falou Fernão Lopes. A bipolarização que a caracterizava devia-se ao facto de ter sido uma sociedade formada em região de fronteira. De múltiplas fronteiras, aliás: geográfica, religiosa, dos imaginários também.

A tensionalidade social oscilava entre as situações de ruptura e a pacificação dos diferentes olhares. Não obstante, o processo de assimilação dos judeus pela comunidade cristã evoluía lentamente. Mas os baptismos forçados, as expulsões que nunca foram, o afinar dos mecanismos repressivos do Santo Ofício alteraram profundamente o estado das coisas. Alexandre Herculano viu na Inquisição o choque entre a tolerância e a intolerância. Mas para Silva Dias: “o problema, tanto da parte católica como da parte talmúdica, nunca foi de tolerância, mas de domínio social e político<sup>10</sup>.

É isto que fará dizer a António José Saraiva que a Inquisição pretendia isolar a burguesia mercantil em favor da nobreza dominante. Esta luta social intensa e prolongada foi secante às comunidades judaicas transmontanas que, por isso, pagaram o preço da anulação social que lhes foi imposta. Mas sobreviveram na gestualidade, nos gostos e na sensibilidade dos transmontanos e dos portugueses de hoje.

---

<sup>10</sup> SILVA DIAS, *A Política cultural da época de D. João III*, vol. I, p 788.

## Bibliografia

Afonso, Berta

"Subsídios para o Estudo da Comunidade Judaica de Mogadouro no Século XVII: o Processo de Maria Brandoa", *Brigantia*, vol. V n.ºs 2-4, pp. 607/636

Idem

"A Diáspora judaica na zona transmontana, Um Processo da Inquisição de Coimbra", *Brigantia*, vol. IV, n.º 3, Julho-Setembro, 1984, pp. 371/432

Andrade, António Alberto Banha de Andrade,

*Os Judeus de Montemor-o-Novo*, Lisboa, 1977

Alves, Francisco Manuel Alves (Abade do Baçal)

"Os Judeus do Distrito de Bragança", *Memórias arqueológico-Históricas do Distrito de Bragança*, t. V, 1925

Azevedo, Pedro de

"Os Familiares do Santo Ofício em Vila Real", *Arquivo Histórico Português*, IX, Lisboa, 1914, pp. 45/63

Barros, Henrique de Gama

"Judeus e Mouros em Portugal em tempos passados", *Revista Lusitana*, 1936, n.º 34

Borges, J. C. Calvão,

*Barros de Carrazeco de Montenegro (Fidalgos, Cristãos-novos, Santo Ofício e Estatuto social no Trás-os-Montes dos Séculos XVI-XVII*, Lisboa, 1983

Faria, Aida Gisela das Neves

*Análise sócio-económica das Comunas judaicas em Portugal (1439-1496)*. Tese de licenciatura, FLUL, Lisboa, 1963

Ferro, Maria José

"Para o Estudo dos Judeus de Trás-os-Montes no Século XVI: A primeira geração de Cristãos novos", *Revista Cultura Histórica e Filosófica*, vol. IV, 1982, pp. 371-417

Idem

*Judaísmo e Inquisição*, Presença, Lisboa, 199--

Freire, Anselmo Braacamp

"Povoação de Trás-os-Montes no Século XVI" *Arquivo Histórico Português*, III, 1905, pp. 241/273

Magalhães, Joaquim Romero

*E assim se abriu judaísmo no Algarve*, Coimbra, Separata da Revista da Universidade, 1982

Mea, Elvira Cunha de Azevedo

*A Inquisição de Coimbra no Século XVI. A Instituição. Os Homens e a Sociedade,*  
Porto, Fundação Eng. Eugénio de Almeida, 1997

Saraiva, António José

*Inquisição e Cristãos-novos,* Porto, Editorial Inova, Porto, 1969